



CONCURSO PÚBLICO
NÍVEL SUPERIOR

Aplicação: 17/12/2006

CARGO 6: **ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO** **ESPECIALIDADE: DIREITO**

MANHÃ

Caderno F

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — Caderno F — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, seguidos da prova discursiva e de espaço para rascunho.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 O espaço para rascunho da prova discursiva é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 6 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 Nas provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 8 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 9 A duração das provas é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 10 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar o seu caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 11 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 12 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (DATAS PROVÁVEIS)

- I 19/12/2006, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tceac2006.
- II 20 e 21/12/2006 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tceac2006, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III 16/1/2007 – Resultados final das provas objetivas e provisório da prova discursiva: Diário Oficial do Estado do Acre e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tceac2006.
- IV 17 e 18/1/2007 – Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V 7/2/2007 – Resultado final da prova discursiva e convocação para a avaliação de títulos: locais mencionados no item III.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 10 do Edital n.º 1/2006 – TCE/AC, de 30/10/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tceac2006.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 10

1 Os revolucionários acreanos escolheram o 14 de
 2 julho para proclamar o Estado Independente do Acre por
 3 causa da Queda da Bastilha, que ocorreu durante a
 4 Revolução Francesa. A França, nesse mesmo dia, só que
 5 no ano de 1789, retirava, pela primeira vez na história da
 6 humanidade, o poder dos reis e o entregava ao povo. Entre
 7 a Revolução Francesa e a Revolução Acreana, além dos
 8 110 anos de distância, evidentemente existiam grandes
 9 diferenças. O que haveria motivado, então, os brasileiros do
 10 Acre a estabelecer uma relação tão objetiva com o
 11 movimento revolucionário francês? Ao contrário do que foi
 12 popularizado pelo romance de Márcio Souza, os
 13 revolucionários acreanos não pretenderam restaurar uma
 14 monarquia já morta e, muito menos, tornar Galvez um
 15 imperador com poderes especiais. Ao se inspirarem no
 16 movimento jacobino francês, os brasileiros do Acre
 17 deixavam claro que queriam ir muito mais longe do que a
 18 própria república oligárquica brasileira já havia conseguido
 19 ir. A intenção dos fundadores do Estado Independente do
 20 Acre era estabelecer um governo republicano, democrático
 21 e libertário. Esse governo tinha como base os ideais
 22 populares de Liberdade, Igualdade e Fraternidade que
 23 haviam guiado o importante movimento revolucionário
 24 francês. Galvez foi aclamado como presidente do novo país
 25 amazônico que se criou por sobre os barrancos do rio Acre.
 26 Logo se elaborou uma Constituição que garantia eleições
 27 livres e diretas, para que o povo do Acre pudesse escolher
 28 seus governantes com plena consciência e responsabilidade.
 29 Foi dado, enfim, a todo o Brasil um grito de alerta de que ali,
 30 no Acre, naquela região tão rica dos confins da Amazônia,
 31 existia um povo clamante por seu direito à nacionalidade, ao
 32 exercício da cidadania e à escolha de seu próprio caminho.
 33 Durante todo o tempo de existência da primeira República do
 34 Acre, os revolucionários sempre fizeram questão de deixar
 35 claro que almejavam, sobretudo, o direito de ser brasileiros.
 36 Mas o Acre era o Brasil que o Brasil não queria. E essa é a
 37 história de lutas pelo direito à cidadania, que se faz
 necessário conhecer e da qual se deve ter orgulho.

Internet: <www.ac.gov.br> (com adaptações).

Com referência ao texto e aos princípios de tipologia textual e de redação oficial, julgue os itens que se seguem.

1 Parágrafo é cada uma das partes de um texto cujas frases mantêm maior relação entre si do que com o restante do texto. Assim, é correto afirmar que o texto considerado comporta a distribuição das idéias em, no mínimo, três parágrafos distintos.

- 2 Do início do texto até a palavra “francês” (ℓ.11), predomina a estrutura do tipo narrativo.
- 3 No trecho “Ao contrário (...) democrático e libertário” (ℓ.11-21), o redator opõe realidade e ficção, ao fazer um resumo do romance de Márcio Souza.
- 4 A passagem “Galvez foi aclamado como presidente do novo país amazônico que se criou por sobre os barrancos do rio Acre. Logo se elaborou uma Constituição que garantia eleições livres e diretas, para que o povo do Acre pudesse escolher seus governantes com plena consciência e responsabilidade” (ℓ.24-28), pelo uso de tempos verbais no pretérito, pode fazer parte do corpo de uma **ata** ou de um **relatório**.

Com base nas estruturas do texto, julgue os itens subseqüentes.

- 5 O vocábulo “como”, na linha 21, não pode ser retirado do texto, mas pode ser substituído pela preposição **por**; já o da linha 24 pode ser suprimido, mas não admite a troca pelo **por**.
- 6 Na linha 22, as palavras “Liberdade”, “Igualdade” e “Fraternidade” estão grafadas com inicial maiúscula por serem substantivos próprios abstratos e locativos referentes à França.
- 7 No segmento “um povo clamante por seu direito à nacionalidade, ao exercício da cidadania e à escolha de seu próprio caminho” (ℓ.31-32), os dois empregos do sinal indicativo de crase se justificam pela regência nominal da palavra “direito” e pela presença do artigo definido.
- 8 No período “Durante todo o tempo de existência da primeira República do Acre, os revolucionários sempre fizeram questão de deixar claro que almejavam, sobretudo, o direito de ser brasileiros” (ℓ.33-35), há dois termos correspondentes a circunstância de lugar, um a intensidade e outro a tempo.
- 9 Mantêm-se o sentido e a correção gramatical do trecho “Mas o Acre era o Brasil que o Brasil não queria” (ℓ.36) na seguinte construção: Porém no Brasil, não se queria o território do Acre.
- 10 A supressão da vírgula existente no último período do texto acarreta mudanças sintáticas e semânticas.



Considerando que um analista, com o objetivo de obter informações acerca do Tribunal de Contas do Estado do Acre, tenha acessado o sítio www.tce.ac.gov.br, usando o Internet Explorer 6, e, após procedimento de navegação, tenha obtido a página apresentada na figura acima, julgue os itens a seguir.

- 11 Mediante opção encontrada no menu **Editar**, é possível copiar o texto da página ilustrada na figura e o colar no Microsoft Word 2000.
- 12 Para definir o sítio da figura como favorito, é suficiente clicar o menu **Favoritos**; selecionar a opção Ferramentas e clicar Adicionar.
- 13 A imagem , que aparece na borda inferior direita da tela, indica que o sítio é seguro.
- 14 A lista de *links* apresentada na página, apesar de ser uma tabela, não poderá ser copiada para o Excel, pois este programa só trabalha com valores digitados pelo usuário.
- 15 A ferramenta  permite que o usuário envie e receba *e-mails*.
- 16 O analista poderia ter salvado a página ilustrada na figura utilizando a opção Salvar como do menu **Arquivo**. Por meio desse procedimento, ele poderia ter definido o local em que desejava salvar a página e o nome do arquivo.

Na lógica proposicional simbólica, na qual as proposições são avaliadas somente como verdadeiras (V) ou falsas (F), as letras maiúsculas do alfabeto, A, B, C, D etc. são usadas para representar proposições, e os símbolos \neg , \wedge e \vee são usados para produzir proposições compostas, que são, respectivamente, a negação de uma proposição, a conjunção (e) de duas proposições e a disjunção (ou) de duas proposições. Assim, $\neg P$ tem valor V se P for F, e tem valor F se P for V; $P \wedge Q$ tem valor V se as duas proposições, P e Q, são V, caso contrário, é F; e $P \vee Q$ tem valor F se as duas proposições, P e Q, são F, caso contrário, é V. Uma **argumentação válida** é uma seqüência finita de proposições, na qual a última proposição da seqüência, chamada **conclusão**, é obrigatoriamente V, supondo-se que todas as proposições que a antecedem sejam V. Assim, as quatro seqüências de proposições mostradas no quadro abaixo são argumentações válidas.

seqüência 1	seqüência 2	seqüência 3	seqüência 4
1. $\neg P \vee Q$	1. $P \wedge Q$	1. $P \wedge Q$	1. P
2. P	2. P	2. Q	2. $P \vee Q$
3. Q			

Uma argumentação não será válida quando a conclusão for F e todas as proposições que a antecedem forem V.

Com o auxílio dessas definições, julgue os itens subseqüentes.

17 Considere a seguinte seqüência de proposições:

1. Este número não é par ou este número é ímpar.
2. Este número não é par.
3. Portanto, este número é ímpar.

Nesse caso, é correto afirmar que, se P simbolizar a proposição “Este número é par” e Q simbolizar a proposição “Este número é ímpar”, então a seqüência de proposições acima não é uma forma de argumentação válida.

18 Considere a seqüência de proposições a seguir:

1. Maria é mentirosa ou José é mentiroso.
2. Portanto, Maria é mentirosa.

Nesse caso, considerando que essa seqüência seja simbolicamente representada, pode-se concluir que se trata de uma forma de argumentação válida.

19 Considere como V a proposição seguinte: “O estado do Acre pertenceu à Bolívia e a população do Acre não era formada por brasileiros.” Nesse caso, a proposição “A população do Acre não era formada por brasileiros.” é obrigatoriamente V.

O Tribunal de Contas do estado do Acre pretende contratar um arquiteto, um biólogo e um engenheiro florestal. Suponha que os candidatos a esses cargos, Joaquim, Célio e Carlos, sejam naturais, cada um, de uma das seguintes cidades: Rio Branco, Tarauacá e Brasiléia. Considere que as informações sobre o nome das pessoas, suas profissões e naturalidade estejam em correspondência biunívoca, isto é, que as pessoas tenham profissões distintas e somente uma profissão, e tenham nascido em cidades diferentes. Na tabela a seguir, estão marcadas com V ou F algumas informações iniciais: o arquiteto nasceu em Brasiléia, Carlos é o Engenheiro Florestal e não nasceu em Tarauacá.

	Arquiteto	Biólogo	Engenheiro Florestal	Rio Branco	Tarauacá	Brasileia
Joaquim			F			
Célio			F			
Carlos	F	F	V		F	
Rio Branco	F					
Tarauacá	F					
Brasileia	V	F	F			

A partir dessas informações, outras células foram marcadas de acordo com a lógica especificada no texto. Julgue os itens a seguir, que dizem respeito ao preenchimento lógico das demais células.

- 20 É V a proposição: “Se Joaquim não é o arquiteto, então Célio não é o biólogo”.
- 21 É correto inferir que o engenheiro florestal não nasceu em Rio Branco, e que Joaquim nasceu em Tarauacá.
- 22 Considere como V que “Célio não é o biólogo”. Nesse caso, também será verdadeiro que “Célio não nasceu em Brasiléia”.

Considere que a pintura do muro de uma residência será feita por uma equipe de pintores, e que cada elemento dessa equipe pinta 30 m² de muro em 10 minutos. A respeito dessa equipe, julgue os próximos itens.

- 23 Para pintar 240 m² de muro, em 20 minutos, serão necessários, no mínimo, 4 pintores dessa equipe.
- 24 Em 20 minutos, 5 pintores da equipe pintam, no máximo, 250 m² de muro.
- 25 Serão necessários, no mínimo, 6 pintores da equipe para pintar 180 m² de muro em 12 minutos.

Sérgio descontou uma promissória de R\$ 2.000,00, com vencimento para 3 meses depois, em um banco que oferece a taxa de desconto simples comercial (por fora) de 9% ao mês.

Em face dessa situação e supondo que $\left(\frac{100}{73}\right)^{\frac{1}{3}} = 1,11$, julgue os itens subsequentes.

- 26 Nessa transação, Sérgio recebeu mais de R\$ 1.500,00.
- 27 A taxa mensal de juros compostos efetivamente paga por Sérgio nessa transação foi inferior a 12%.

Para empréstimos, um banco cobra a taxa de juros compostos, nominais, de 30% ao semestre, com capitalização mensal; para aplicações, ele paga a taxa de juros compostos de 1% ao mês. Supondo que $1,05^6 = 1,34$ e que $1,01^{12} = 1,13$, julgue os itens seguintes, a respeito dessa instituição financeira.

- 28 A taxa efetiva semestral praticada pelo banco para empréstimos é superior a 33%.
- 29 Um empréstimo de R\$ 1.000,00 renderá ao banco, na forma de juros, a quantia de R\$ 40,00 em um mês.
- 30 A taxa de juros mensal praticada pelo banco nas aplicações equivale a uma taxa de juros anual inferior a 14%.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

A administração financeira e orçamentária estadual está circunscrita a normas, princípios e instituições do âmbito federal e do próprio estado. Acerca desse assunto, julgue os itens seguintes.

31 A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo nessa proibição as autorizações para abertura de créditos adicionais suplementares. Também estão excluídas dessa proibição as operações de crédito por antecipação da receita, que não devem exceder à quarta parte da estimativa orçamentária para o exercício financeiro e, até trinta dias após o encerramento deste, devem ser obrigatoriamente liquidadas.

32 A codificação da estrutura programática a seguir corresponde a uma atividade de um programa de serviços ao estado.

Funcional	Programática
10 302	0004 3863 0047

33 Na legislação atual, não existe formulário específico para formalizar a fase da despesa denominada liquidação da despesa. A liquidação da despesa far-se-á por meio de exame do próprio processo ou do expediente que verse sobre a solvência do direito creditório, em que serão demonstrados os valores bruto e líquido a pagar. Somente após a apuração do direito adquirido pelo credor, tendo por base os documentos comprobatórios do respectivo crédito, ou da completa habilitação da entidade beneficiada, a unidade gestora providenciará o imediato pagamento da despesa.

34 Considere que, para as despesas de uma obra, não haja categoria de programação orçamentária específica na lei orçamentária anual vigente. Nesse caso, visando atender a objetivo não previsto no orçamento, há necessidade da aprovação legislativa de crédito especial, cujo projeto de lei deverá ser de iniciativa do governador do estado.

35 Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará que a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada e que a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa.

36 A câmara municipal não gastará mais de 60% de sua receita com folha de pagamento, excluído o gasto com o subsídio de seus vereadores. O desrespeito a esse preceito constitui crime do presidente da câmara municipal, sujeitando-o a pena de quatro a oito anos de prisão.

37 A resolução a seguir está em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois a autoridade que pratica o ato não é competente para aprovar o Relatório de Gestão Fiscal, mas, sim, apenas o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Órgão que presidia.

Resolução n.º 1, de 26 de janeiro de 2006

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar n.º 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

OPRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 21, inciso XX, do Regimento Interno, *ad referendum* do Conselho de Administração, em atendimento ao disposto no art. 54, da Lei Complementar n.º 101, de 4/5/2000, resolve:

Art. 1.º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3.º quadrimestre do exercício financeiro de 2005, na forma do anexo, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da Internet, consoante previsto no § 2.º, art. 55 da referida lei.

Art. 2.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

38 O regime de competência exige que as despesas sejam contabilizadas conforme o exercício a que pertençam, ou seja, em que foram geradas. Se uma despesa foi empenhada em um exercício e somente foi paga no seguinte, ela deverá ser contabilizada como pertencente ao exercício em que foi empenhada. Por ter sido realizada no ano anterior, o eventual pagamento da despesa no exercício seguinte deverá ser considerado como extra-orçamentário. Tal situação é que gera, na execução financeira e orçamentária da despesa, a figura dos restos a pagar.

39 O ciclo orçamentário é o espaço de tempo compreendido entre o primeiro dia de janeiro e o dia 31 de dezembro de cada ano, no qual se promovem a execução orçamentária e os demais fatos relacionados com as variações qualitativas e quantitativas que afetam os elementos patrimoniais dos órgãos e entidades do setor público.

40 É crime de responsabilidade, mas não crime comum, ordenar, autorizar ou promover a oferta pública ou a colocação no mercado financeiro de títulos da dívida pública sem que tenham sido criados por lei ou sem que estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e de custódia.

Considerando o Controle Externo da Gestão Pública conforme disposto na Constituição Federal, julgue os itens que se seguem.

- 41** É exemplo de controle externo acompanhar a execução do orçamento e de controle interno, dar ciência ao tribunal sobre atos ilegais. A diferença básica entre ambos é que o controle interno é exercido por órgãos integrantes do mesmo poder e possui controle político de legalidade contábil e financeira; no controle externo, há a fiscalização de um poder sobre os atos administrativos de outro poder.
- 42** O constituinte de 1988 concedeu eficácia de título executivo extrajudicial às decisões do Tribunal de Contas da União (TCU) que resultavam em débito ou multa. Dessa forma, esse tribunal, ao julgar as contas de determinado senador, condenou-o ao pagamento de multa. Caso o responsável pelo pagamento dessa multa não o faça no prazo determinado, o TCU pode postular o pagamento dessa multa diretamente no Poder Judiciário.
- 43** Caso o governador do Acre tenha recebido valores públicos federais para construção de determinada obra no estado, o julgamento das contas relativas à administração desses recursos fica a cargo do TCU e não do Tribunal de Contas do do Estado do Acre (TCA).
- 44** Considerando-se que o TCU exerce a função de controle externo da administração pública federal, conforme o texto constitucional, uma das funções desse tribunal é apreciar as contas prestadas anualmente pelo presidente da República, mediante parecer prévio.
- 45** Aos tribunais de contas estaduais compete apreciar e julgar as contas anuais da gestão financeira, orçamentária e patrimonial dos estados quanto à sua regularidade.
- 46** De acordo com a Constituição Federal e o Supremo Tribunal Federal (STF), os Ministérios Públicos dos tribunais de contas dos estados não integram os Ministérios Públicos estaduais. Assim sendo, o Ministério Público do TCA não tem competência para propor ação pública estadual, podendo, porém, o procurador-chefe do Ministério Público Especial do aludido Tribunal de Contas interpor os recursos permitidos por lei.

De acordo com a Lei Complementar n.º 38/1993, Lei Orgânica do TCA, julgue os próximos itens.

- 47** Ao TCA, dentro de sua jurisdição e competência, assiste o poder regulamentar, podendo esse tribunal expedir atos normativos de processos que lhe devam ser submetidos, impondo o seu cumprimento, inclusive sob pena de responsabilidade.
- 48** Considere que Joaquim, bacharel em direito pela Universidade Federal do Acre, originário de Portugal, reside no Brasil, onde se naturalizou em 1997. Em 2005, completou três anos de efetivo exercício como advogado e, neste ano de 2006, se inscreveu em concurso público para o cargo de procurador do Ministério Público Especial do Acre. Nesse caso, mesmo que venha a ser aprovado, Joaquim não poderá tomar posse, haja vista tratar-se de cargo que só pode ser exercido por brasileiro nato.
- 49** Considere que determinado responsável por recursos públicos tenha sido condenado a devolver aos cofres do Estado o valor de R\$ 50.000,00. Ele não concordou com a pena e, no sexto dia após a sua condenação, interpôs recurso de reconsideração contra a decisão. Nesse caso, o efeito gerado pelo recurso é o suspensivo, o que significa afirmar que, se o pedido de reconsideração for negado, a contagem do prazo para o referido pagamento recomeça do zero, a partir da decisão da reconsideração.

- 50** Considere que, mediante convênio, o Estado repassou a determinado município certa quantia para reforma de escolas. Quando da prestação de contas, a autoridade administrativa competente, mesmo tendo observado desfalque, não tomou nenhuma providência. Nessa situação, deverá ser instaurada tomada de contas especial, respondendo a autoridade administrativa de forma solidária com os responsáveis pelo prejuízo causado ao erário.
- 51** Quando as contas analisadas pelo TCA expressarem exatidão dos demonstrativos contábeis, legitimidade, legalidade e economicidade, elas serão julgadas regulares, ao passo que as contas regulares com ressalva ocorrerão por prática de impropriedade ou falta de natureza formal, como, por exemplo, na não-observância mínima de número de licitantes para aquisição de produto por meio de convite.
- 52** É competência do TCA apreciar, para todos os fins, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta do estado e dos municípios.
- 53** Qualquer cidadão é parte legítima perante o TCA para denunciar irregularidades sobre assunto que se referir a administrador ou responsável sujeito à jurisdição do tribunal. Nesses casos, para resguardar direitos e garantias individuais, o tribunal dará a essas matérias tratamento sigiloso, aceitando, inclusive, denúncias anônimas, desde que acompanhadas de provas ou indícios concernentes à denúncia.
- 54** Sempre que o TCA, por dois terços de seus membros, considerar grave uma infração cometida, o responsável por ela ficará inabilitado para cargos e funções na administração estadual e municipal, sendo somente do plenário a competência para fixar essa pena, uma vez que a decisão exige maioria absoluta dos membros do tribunal.
- 55** Considere que o TCA, após julgar as contas de determinado administrador público, julgou-as irregulares por débito. Nessa situação, se o responsável tiver sido condenado a ressarcir ao erário o valor de R\$ 80.000,00, ele poderá, ainda, receber multa de até R\$ 80.000,00.

De acordo com as normas brasileiras para o exercício da auditoria interna, julgue os itens abaixo.

- 56** A auditoria interna é exercida tanto sobre as pessoas jurídicas de direito público quanto sobre as pessoas jurídicas de direito privado. O auditor interno é, portanto, um servidor público ou empregado da empresa em que se executa a auditoria e não deve estar subordinado ao trabalho que examina. Assim, um auditor interno não pode, por exemplo, elaborar lançamentos contábeis, para que não haja interferência em sua independência.
- 57** Entre os objetivos da auditoria interna, incluem-se o de verificar se as normas internas estão sendo seguidas e o de avaliar a necessidade de novas normas internas ou de modificações das já existentes, por meio de recomendações de soluções apontadas nos relatórios, que podem ser, em caso de necessidade, parciais.
- 58** Entre os procedimentos de auditoria interna, incluem-se os testes de observância, em cuja aplicação o auditor considera inspeção, observação e investigação, e confirmação. Quando o auditor avalia o que efetivamente está sendo praticado no controle dos ativos da empresa e na produção de dados confiáveis, ele, geralmente, cumpre esse procedimento mediante a observação e a investigação, e a confirmação.

A Instrução Normativa n.º 1/2001, entre outras disposições, definiu conceitos e diretrizes, e estabeleceu normas de controle interno e da auditoria governamental. Considerando essa instrução, julgue os itens que se seguem.

- 59** A auditoria do setor público é um conjunto de técnicas que visam avaliar a gestão pública buscando melhor alocação dos recursos e procurando corrigir desperdícios, sendo restrita ao controle externo a comprovação da legalidade dos atos e fatos administrativos.
- 60** Processos de concessão de aposentadoria constituem um dos objetos sujeitos à atuação do controle interno, mantido tanto nas empresas privadas quanto no poder governamental.
- 61** Uma das competências do sistema de controle interno é a realização de auditoria nos processos de tomadas de contas especiais, seguida da emissão do relatório.
- 62** Quando o governo do estado repassa ao município, sob forma de convênio, recurso destinado à construção de um hospital, cabe à auditoria governamental acompanhar a aplicação desse recurso público.
- 63** Aos órgãos da administração indireta dos estados não cabem procedimentos do sistema de controle interno, dado que a auditoria governamental é voltada para a administração direta.
- 64** Entre as classificações da auditoria governamental, inclui-se a auditoria de avaliação de gestão, que objetiva aprimorar a prática de atos e fatos administrativos, em uma atividade de assessoramento ao gestor público.
- 65** Quando as auditorias são executadas por servidores em exercício no órgão central do sistema de controle interno, diz-se que a forma de execução dessa auditoria é direta centralizada.
- 66** O rastreamento, uma das técnicas de auditoria, configura-se pelo exame de processos, atos formalizados e documentos avulsos.
- 67** Compete ao controle interno avaliar a execução da construção de um posto de saúde firmada entre o estado do Acre e um município desse estado.
- 68** O estado poderá intervir no município se este não prestar contas devidas, conforme a lei. Nesse caso, a análise quanto à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária e financeira do município será feita pelo controle interno.
- 69** Não é finalidade do controle interno exercer controle das operações de crédito dos municípios.
- 70** Sem os procedimentos e as técnicas de auditoria interna, não é possível que o sistema de controle interno formule opinião fundamentada.

Acerca dos atos administrativos e da improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

- 71** Nos termos do entendimento do STF, as penalidades previstas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), como a perda do cargo público, podem ser aplicadas pela administração ou pelo Poder Judiciário.
- 72** O ato de aposentadoria de um servidor público é ato composto, conforme entendimento da melhor doutrina, visto que opera efeitos imediatos quando de sua concessão pelo respectivo órgão, devendo apenas o Tribunal de Contas ratificá-lo ou não. Esse entendimento, entretanto, não é seguido pelo STF, o qual entende que a hipótese revela um ato complexo, aperfeiçoando-se com o referido registro do Tribunal de Contas.

Acerca do controle da administração pública e do controle de constitucionalidade, julgue os seguintes itens.

- 73** A ação civil pública pode ser utilizada como instrumento de controle de constitucionalidade, desde que seja feita de forma difusa, não podendo a questão constitucional ser o objeto principal da ação, mas apenas uma questão prejudicial.
- 74** As comissões parlamentares de inquérito (CPIs) são importantes instrumentos de controle legislativo, a cujos integrantes a Constituição Federal de 1988 atribuiu os mesmos poderes dos juizes. Contudo, o STF entende que as CPIs estaduais não podem determinar a quebra de sigilo bancário dos investigados.

Acerca dos bens públicos, da organização do Estado e dos agentes administrativos, julgue os itens subseqüentes.

- 75** A proteção dos bens de valor histórico, artístico e cultural é de competência legislativa comum entre a União, estados, Distrito Federal e municípios.
- 76** Considere a seguinte situação hipotética.
Pedro foi aprovado em concurso público para investidura em cargo público no âmbito estadual, em primeiro lugar, em relação aos candidatos que disputavam as vagas destinadas aos deficientes físicos, mas ficando posicionado em oitavo lugar, na classificação geral. O edital do concurso previa que seriam destinados 5% dos cargos vagos aos deficientes, de um total de 5 vagas.
Nessa situação, a administração deve nomear Pedro para que ele tome posse logo após a nomeação do candidato aprovado em primeiro lugar na classificação geral.

Acerca da desapropriação, do sistema tributário e dos direitos e garantias individuais, julgue os próximos itens.

- 77** O descumprimento da função social da propriedade urbana pode gerar, nos termos da lei específica municipal, o parcelamento ou edificação compulsória, a instituição do imposto sobre propriedade territorial urbana progressivo no tempo e ainda a desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública.
- 78** O dispositivo constitucional que preceitua a liberdade de manifestação do pensamento, vedando o anonimato, impede, na hipótese de denúncia anônima, a imediata instauração de processo administrativo que tenha por finalidade apurar responsabilidades no âmbito da administração pública, estando também proibida, pelo mesmo fundamento, a adoção pelo poder público de medidas informais destinadas a apurar previamente a possível ocorrência da ilicitude.

Acerca da aplicação das normas constitucionais e no que diz respeito a licitações, julgue os itens seguintes.

- 79** Os tratados e convenções internacionais que digam respeito a direitos humanos e que forem aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- 80** O pregão é modalidade de licitação cabível nas hipóteses de compra de bens e de contratação de serviços, independentemente de suas qualidades ou padrões de desempenhos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca das pessoas e dos bens, julgue os itens a seguir.

- 81** A capacidade de direito pode ser corretamente definida como a faculdade abstrata de adquirir e desfrutar direitos e, ainda, a legitimidade para exercer todos os atos da vida civil. Assim, as pessoas que têm essa capacidade podem, por si mesmas, sem necessidade de assistência ou representação, praticar todos os atos jurídicos da vida civil.
- 82** As associações são pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade lucrativa, ou seja, sem o objetivo primordial de produzir lucros e reparti-los entre os associados. Permite-se, no entanto, que, ao se unirem para determinado fim, os associados visem extrair dessa união algum tipo de vantagem econômica, mas sem proporcionar ganhos para os seus integrantes.
- 83** Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são afetados e sua destinação está determinada em lei, não se sujeitando, portanto, a eventual modificação de sua natureza jurídica. Essa afetação tem caráter definitivo, ou seja, os referidos bens não podem ser desafetados, são inalienáveis e vinculados à finalidade determinada.

Quando aos negócios jurídicos, julgue os itens que se seguem.

- 84** Considere um negócio jurídico subordinado a uma condição suspensiva cujo objeto seja inicialmente impossível, mas que o deixe de ser antes do adimplemento da condição. Nesse caso, a validade desse negócio fica preservada, pois não poderia produzir efeito antes do cumprimento da condição, independentemente da possibilidade do objeto.
- 85** Os negócios jurídicos benéficos, em razão de onerarem apenas uma das partes, enquanto beneficiam a outra, devem ter seus efeitos limitados exclusivamente à vontade do instituidor do benefício, que responde pelo exato sentido que deu à sua vontade por ocasião da declaração.
- 86** O erro de fato ou de direito quanto aos motivos que levaram uma das partes a celebrar o ato negocial, ainda que não seja a razão determinante da realização do negócio, acarreta a anulabilidade do negócio jurídico, por vício na manifestação da vontade.

A respeito do mandado de segurança, julgue os itens subseqüentes.

- 87** As entidades sindicais têm legitimidade ativa para impetrar mandado de segurança coletivo, em nome próprio, para a defesa de direito subjetivo de um ou de vários associados, ainda que os interesses defendidos sejam divergentes dos interesses dos demais associados ou que não digam respeito à classe por elas representada.
- 88** A competência para processar e julgar o mandado de segurança, definida nas leis infraconstitucionais e na própria Constituição Federal, depende da categoria da autoridade coatora e da sua sede funcional.

A respeito da ação civil pública, julgue os itens a seguir.

- 89** O Ministério Público possui legitimidade para ajuizar ação civil pública visando o reajuste de benefício previdenciário de pessoa idosa ou de deficiente físico.
- 90** A ação civil pública para a tutela do meio ambiente pode ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, prestações essas que não se excluem, mas, pelo contrário, se cumulam, de modo a proporcionar a reparação integral do dano causado ao meio ambiente.

Mauro, servidor público, solicitou a Ana elevada quantia em dinheiro, para favorecê-la com a agilização do trâmite de processo administrativo de interesse de Ana e da competência de Mauro. Ana, apesar de não se ter sentido coagida, foi à polícia e relatou o ocorrido. No dia marcado, ao receber o pagamento, Mauro foi preso.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 91** A conduta praticada por Mauro é enquadrada pelo Código Penal como crime de concussão.
- 92** A consumação dos crimes de concussão e de corrupção passiva não exige o pagamento da vantagem indevida.
- 93** Os crimes de corrupção passiva e corrupção ativa são bilaterais, ou seja, a existência de um depende da existência do outro.

A respeito dos crimes contra a fé pública, julgue os itens seguintes.

- 94** Os crimes de falsificação documental exigem um mínimo de idoneidade material, ou seja, é necessário permitir a aceitação do falso por verdadeiro e ser hábil em enganar a coletividade em geral.
- 95** O servidor público que, no exercício da função, insere declaração falsa em documento, com o fim de criar obrigação para terceiro, pratica o crime de falsificação de documento público.
- 96** O crime de falsidade ideológica somente se caracteriza se houver o elemento subjetivo do tipo, como, por exemplo, a intenção de prejudicar direito ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Acerca dos crimes contra as finanças públicas e de lavagem de dinheiro, julgue os itens subseqüentes.

- 97** É considerado crime de lavagem de dinheiro a ocultação ou dissimulação da propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins, de tráfico de armas, de terrorismo ou de crime contra a administração pública.
- 98** É crime classificado como próprio a conduta de autorizar a assunção de obrigação cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro.

O Poder Legislativo federal editou lei orçamentária X, que estabeleceu as metas e prioridades para o exercício financeiro subsequente e dispôs sobre as alterações na legislação tributária.

Com base nas normas que regem o orçamento, julgue os itens seguintes, referentes à situação acima descrita.

99 A lei orçamentária X é uma lei orçamentária anual.

100 Pelo princípio da unidade, a lei orçamentária X deve explicitar todas as receitas e despesas dos poderes, sem quaisquer deduções.

Considere que o estado de São Paulo acumule milhões de reais provenientes do recolhimento do ICMS. Em face dessa consideração, julgue o item seguinte, segundo a disciplina normativa da receita pública.

101 A receita acumulada pelo estado de São Paulo é uma receita corrente.

Julgue os próximos itens, relativos a precatórios e à dívida ativa da União.

102 Considere a seguinte situação hipotética.

Joaquim ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais contra a União, em razão da morte de seu filho por servidor público federal que dirigia veículo oficial sem habilitação. Após o trânsito em julgado da sentença que julgou procedentes os pedidos formulados na petição inicial, Joaquim poderá propor ação de execução de título judicial, a fim de receber a indenização a que faz jus.

Nessa hipótese, o pagamento devido pela União em favor de Joaquim dispensa a expedição de precatório.

103 A dívida ativa da União proveniente de empréstimos compulsórios será apurada na procuradoria da fazenda nacional.

A P&B Indústria Automobilística Ltda. é credora da União em razão de valores recolhidos a título de empréstimos compulsórios e devedora do mesmo valor, quanto ao imposto de renda.

Com relação à situação apresentada e acerca do crédito público, julgue o item abaixo.

104 Um eventual pedido da P&B Indústria Automobilística Ltda., para compensação dos créditos tributários, somente poderá ser deferido se houver lei específica autorizativa.

Acerca da ordem econômica, julgue os itens seguintes.

105 Constitui intervenção do Estado no domínio econômico a decisão de certo município no sentido de controlar o abastecimento de alguns produtos alimentícios no mercado local, visando à defesa dos direitos dos consumidores.

106 A ordem jurídico-econômica nacional tem por finalidade dar tratamento tributário diferenciado e favorecido às micro e pequenas empresas estrangeiras, desde que tenham filial ou sucursal no Brasil.

Julgue o item que se segue, acerca do Sistema Tributário Nacional.

107 Considere que a União proceda à cobrança do imposto territorial rural sobre determinado imóvel rural de propriedade de um município localizado no estado do Paraná. Nesse caso, haverá ofensa ao princípio da uniformidade tributária.

Aos 5 anos de idade, Amós herdou de seu avô um imóvel urbano localizado no Distrito Federal (DF), o qual passou a ser administrado por seu pai, André. Ocorre que André jamais pagou quaisquer encargos incidentes sobre o imóvel, nem mesmo o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU).

Considerando a situação hipotética acima e as normas que regem a obrigação e o crédito tributário, julgue os itens seguintes.

108 O DF deve cobrar de André o IPTU devido, pois ele é pessoalmente responsável pelo pagamento desse imposto.

109 Com o pagamento do IPTU incidente sobre o imóvel de propriedade de Amós, opera-se a exclusão do crédito tributário.

110 O IPTU é um imposto real.

A fazenda pública do estado de Minas Gerais promoveu execução fiscal contra Paula, que deve o ICMS relativo aos quatro últimos anos.

Com base na disciplina normativa da prescrição tributária, julgue o próximo item, relativo à situação hipotética acima.

111 Na hipótese em apreço, o despacho do juízo competente que ordenar a citação de Paula será suficiente para interromper a prescrição do crédito tributário.

Considere que determinada entidade estatal tenha promovido obra pública que acarretou a valorização de vários imóveis localizados nas adjacências da mencionada obra, ensejando a cobrança de contribuição de melhoria. Em face dessas considerações e das normas que regem as contribuições de melhoria, julgue os itens seguintes.

112 A competência para instituir e cobrar a contribuição de melhoria será da entidade estatal que, no exercício de suas atribuições, tenha promovido a obra, ou seja, a União, o estado, o DF ou o município de localização do imóvel.

113 O valor arrecadado pelo pagamento das contribuições de melhoria não poderá ser superior ao custo total da obra.

Considere que cinco amigos tenham constituído sociedade para atuar no ramo de prestação de serviços de transporte de valores, a TS Transporte Seguro Ltda. Em face dessa situação e com base nas normas que regem as sociedades empresárias, julgue os itens seguintes.

114 A TS Transporte Seguro Ltda. somente adquirirá personalidade jurídica com a inscrição de seu contrato social na junta comercial competente.

115 O capital social da TS Transporte Seguro Ltda. poderá ser formado com a contribuição de alguns sócios em prestação de serviços.

116 A administração da TS Transporte Seguro Ltda., por ser esta uma sociedade limitada, somente poderá ser conferida a um de seus sócios.

117 Em sua escrituração, a TS Transporte Seguro Ltda. deverá utilizar o livro Diário, que poderá ser substituído por fichas, no caso de escrituração eletrônica.

Severino é administrador da Hiper Indústria Alimentícia S.A. e, por agir com negligência no exercício de suas atribuições, causou danos à companhia.

Com relação à situação hipotética acima e às normas que regem as sociedades por ações, julgue os itens seguintes.

118 Severino não responderá pelos danos causados à Hiper Indústria Alimentícia S.A., pois não agiu com dolo no exercício de seu ofício.

119 A Hiper Indústria Alimentícia S.A. pode ser sociedade simples ou empresária, dependendo da disposição de seu estatuto.

Ana celebrou com Cláudia contrato de compra e venda de um aparelho televisor, tendo a primeira emitido uma nota promissória, pois declarou não dispor de talonário de cheques. Cláudia exigiu de Ana uma garantia, que foi prestada por Berenice, ao firmar assinatura no anverso do próprio título de crédito, tornando-se solidariamente responsável pelo pagamento da dívida.

À luz da disciplina dos títulos de crédito, julgue o item seguinte, relativo à situação hipotética acima.

120 Na hipótese em apreço, Berenice avalizou a nota promissória emitida por Ana.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

RELATÓRIO

Determinado prefeito de município do estado do Acre, em razão da necessidade de informatizar e agilizar os serviços da prefeitura, recebeu do governo do estado, sob forma de convênio, a quantia de R\$ 100.000,00 para compras de equipamentos de informática. No processo de aquisição dos equipamentos, a comissão licitatória utilizou a modalidade de licitação denominada concorrência e o tipo de licitação foi o de menor preço.

Considerando a Lei Federal n.º 8.666/1993 (Lei das licitações) e a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Acre, elabore, na condição de Analista de Controle Externo, um relatório sucinto a respeito da situação descrita, o qual deverá conter:

- ▶ identificação do órgão ou entidade e de seu gestor;
- ▶ exposição dos fatos;
- ▶ análise técnica pertinente;
- ▶ conclusão.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

